

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Ensino técnico terá mais 2,4 milhões de vagas até 2014

15/11/2011

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – tem a meta de criar 2,4 milhões de oportunidades de formação técnica e profissional para estudantes do ensino médio até 2014. A prioridade para acessar as vagas nos cursos técnicos voltados para o ensino médio são para os jovens de escolas públicas. A duração mínima dos cursos é de um ano. Os investimentos para o programa, que também vai beneficiar trabalhadores, somam R\$ 24 bilhões e oito milhões de vagas.

O programa coloca em operação a garantia de que o ensino médio brasileiro combine o conhecimento geral, mas também a prática específica e as qualificações necessárias para fazer frente à economia do conhecimento e à sofisticação tecnológica.

Parcerias – O Pronatec estabelece parcerias com o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac) para que unidades escolares deste sistema recebam alunos das redes estaduais do ensino médio. Ainda neste ano, a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos será ampliada para 630 mil vagas.

Expansão – A expansão da rede de formação tecnológica, em nível estadual e federal, integra as prioridades do Pronatec. A construção de 176 escolas técnicas e a reforma, ampliação e compra de equipamentos de outras 543 unidades já receberam R\$ 1,7 bilhão em investimentos. Serão construídas 208 novas unidades dos Institutos Federais de Educação Profissional (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia). Destas, 35 devem estar prontas ainda em 2011.

Combate à pobreza – O acesso aos cursos profissionalizantes será prioritário para os estudantes do ensino médio da rede pública, que sejam beneficiários do Bolsa Família, agricultores e descendentes de indígenas. A legislação que cria o Pronatec reserva 30% dos recursos do Pronatec para o Norte e Nordeste e estimula o aumento de vagas ocupadas por pessoas com deficiência.

O número de escolas de educação profissional por estado foi estabelecido por uma série de critérios, entre os quais, os baixos índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb) e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental. Na escolha dos municípios a serem contemplados, o governo federal considerou a universalização do atendimento aos territórios da cidadania, a alta porcentagem de extrema pobreza, municípios ou microrregiões com população acima de 50 mil habitantes e os municípios com arranjos produtivos locais (APL).

Fonte: Boletim Em Questão